



ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO AOS PAÍSES EMERGENTES: Algumas Perspectivas a partir da Década de 1980

DEVELOPMENT STRATEGIES FOR EMERGING COUNTRIES: Some Perspectives from the 1980s

Andréia Rafaela Martins Silva Andrade*

RESUMO

As chamadas regiões periféricas do globo, que principalmente entre as décadas de 1950 e 1960, adotavam um discurso de não subserviência aos países que estavam no centro das relações internacionais, viram-se, a partir da década de 1980, numa condição delicada no que se refere à forma de condução do progresso técnico em suas regiões. Desse modo, a partir de uma análise histórica, política e econômica, sobretudo a partir da década de 1980, o presente artigo busca abordar os principais entraves e possíveis soluções encontradas pelos países emergentes - principalmente países da América Latina e Leste Asiático - para alcançarem maior ritmo de desenvolvimento, de industrialização e inserção internacional, principalmente a partir da década mencionada. Para isso, foram utilizados argumentos de alguns autores, os quais buscaram trazer diferentes perspectivas e abordagens à questão, como João Manuel Cardoso de Mello, Ha-Joon Chang, Yilmaz Akyüz e Alice Amsden. Finalmente, à luz da década de 1980, e com o advento de ideais neoliberais, um novo cenário internacional surge e aos chamados países emergentes são apontados diversos desafios; para eles, cabe adotarem novas estratégias, para que, assim, possam se inserir de forma muito mais relevante nas relações internacionais.

Palavras-chave: desenvolvimento, estratégias, industrialização, países emergentes.

ABSTRACT

The so-called peripheral regions of the globe, mainly between the 1950s and 1960s, adopted a non subservience speech to countries that were at the center of international relations, is seen from the 1980s, in a delicate condition in which It refers to the technical progress driving way in their regions. Thus, from a historical analysis, political and economic, especially from the 1980s, this article seeks to address the main obstacles and possible solutions found by emerging countries - especially Latin America and East Asia - to achieve greater pace of development, industrialization and international integration, particularly from the mentioned decade. For this, arguments have been used some authors that sought to bring different perspectives and approaches to the issue, as João Manuel Cardoso de Mello, Ha-Joon Chang, Yilmaz Akyüz and Alice Amsden. Finally, in the light of the 1980s, and with the advent of neoliberal ideals, a new international scenario arises and the so-called emerging countries are singled out several challenges; for them, it is adopting new strategies so that they can be inserted in a much more relevant way in international relations.

Key words: development, strategies, industrialization, emerging countries.

* Acadêmica de Relações Internacionais pela FACAMP – Faculdades de Campinas. E-mail: andreia.rafaela.andrade@gmail.com



1. Introdução: breve histórico e transformações no modo de condução do processo de desenvolvimento da periferia global

Em meados das décadas de 1950 e 1960, esteve no auge discussões e debates acerca do desenvolvimento e alcance do progresso técnico, principalmente em países chamados periféricos. São estes países que, até o momento, não haviam experimentado plenamente as transformações advindas das revoluções industriais e que ainda estavam condicionados a um papel de coadjuvante em sua forma de inserção no cenário internacional (MANTEGA, p.34).

A título de exemplo, na América Latina, as discussões ocorreram principalmente no âmbito da Comissão Econômica para América Latina¹ (CEPAL), uma comissão regional da Organização das Nações Unidas (ONU). Contudo, essas discussões não estiveram somente restritas à América Latina. Pelo contrário, os debates cepalinos, desde o seu início, causavam grande furor a nível internacional, justamente por se opor aos postulados liberais que eram a base para o comércio internacional, postulados esses instituídos pelas economias centrais. Intelectuais e representantes da América Latina levavam seus questionamentos e pontos de vistas às conferências internacionais e buscavam o estabelecimento de mecanismos que pudessem facilitar ou contribuir para o processo de desenvolvimento e industrialização latino-americano (MANTEGA, 1984, p.34).

A partir de comissões regionais como a CEPAL, disseminou-se a ideia de nacional-desenvolvimentismo, a qual influenciou o pensamento latino-americano e outras regiões que se mostravam à margem do progresso técnico. Para galgar passos importantes rumo ao desenvolvimento, era preciso inserir a participação do Estado na economia por meio do planejamento global, de modo a facilitar o advento da industrialização desses países. Nesse sentido, o desenvolvimentismo não se limitou às fronteiras da produção teórica acadêmica, mas enveredou para o campo da política econômica e do planejamento governamental, inspirando a formulação de “planos de desenvolvimento” (MANTEGA, 1984, pp.33-35).

Mas já partir da década de 1980, é possível observar profundas transformações no cenário internacional, as quais promoveram impactos em suas mais variadas proporções em todo o mundo. Após uma década de 1970 repleta de acontecimentos, como os dois choques do petróleo (1973 e 1979) e o choque dos juros, também em 1979, a década de 1980 se inicia com o advento dos chamados ideais neoliberais, que traziam consigo novas perspectivas nos âmbitos político, econômico e social, em que alguns países puderam experimentar os benefícios desse novo momento (PALMA, 1997, pp. 403-410).

Também conhecido como Globalização, esse período caracterizou as transformações, por exemplo sobre a estrutura econômica e social de muitos países. Caracterizado como um ator central nas relações internacionais, principalmente a partir do pós – guerra, os Estados Unidos, então, puderam consolidar sua hegemonia no cenário internacional, caracterizando-se como o então principal promotor de tais mudanças que surgiam. Com o estabelecimento da chamada Diplomacia do Dólar Forte,

¹ Apenas na resolução 1984/67, de 27 de julho de 1984, decidiu-se que a Comissão passaria a se chamar Comissão Econômica para América Latina e o Caribe.



o país, além de promover uma abertura das economias, a liberação financeira e um encurtamento do Estado nas manobras econômicas a um nível global, lançou seus investimentos, a partir de então, ao mercado da tecnologia (microcomputadores, informática, fibra ótica, dentre outros), onde pode consolidar sua economia e também sua hegemonia.

Sobre esse aspecto, cabe ressaltar, no entanto, que nem todos os países puderam experimentar tais benefícios de forma equinome. Pelo contrário, muitos foram limitados a condição de reféns desse momento de adventos de políticas econômicas neoliberais e as diferenças que já eram exorbitantes entre as populações desses países – em termos políticos, econômicos e sociais – somente se agravaram. Justamente esse projeto, que prometia promover maior igualdade entre os países e também maior desenvolvimento (PALMA, 1997, pp.403-410).

À luz da década de 1980, os chamados países periféricos, que são aqueles países em desenvolvimento responsáveis, principalmente, pela produção e exportação de matéria-prima e outros produtos de baixo valor agregado, começaram a perder ou ter seu espaço reduzido no cenário internacional. Desse modo, esses países periféricos viram as possibilidades de modernização de seus parques industriais se tornarem cada vez menores e limitadas, de modo que se tornava cada vez mais difícil pensar em uma indústria que pudesse fazer frente à indústria do centro desenvolvido (PALMA, 1997, pp. 403-410).

A partir de então, era preciso elaborar novas estratégias de inserção nas relações internacionais de forma relevante, levando sempre em consideração as limitações e debilidades existentes entre esses países periféricos para, então, saber lidar com elas em um cenário internacional que, cada vez mais, limita a ascensão de novas economias desenvolvidas. Ademais, era preciso encontrar, para além das causas do subdesenvolvimento, formas de superar tal condição e, assim, definir estratégias cada vez mais elaboradas e eficientes, capazes de lançarem os países periféricos rumo ao desenvolvimento (MANTEGA, 1984, pp.33-35).

Portanto, com base em alguns grandes autores, responsáveis por trazer uma abordagem acerca dos desafios enfrentados por esses países periféricos a partir da década de 1980, serão apresentadas algumas alternativas a eles, para que possam se inserir de forma mais dinâmica e captar maiores benefícios desse novo momento nas relações internacionais. Ademais, serão apresentadas as principais iniciativas adotadas por alguns países, para além da América Latina, como o Leste Asiático, já a partir da década de 1980.

2. América Latina e Leste Asiático: uma análise sobre as causas e formas de superar o subdesenvolvimento

Com base no livro *Chutando a Escada*, de Ha-Joon Chang, é possível apresentar alguns dos principais entraves para a superação do subdesenvolvimento em diversos países. Ademais, também é possível apresentar um resgate histórico acerca da forma como se deu o desenvolvimento de países que hoje compõem o centro das relações econômicas internacionais e comparar com aqueles países considerados periféricos e



que almejam maior espaço nessa dinâmica econômica a nível global (CHANG, 2004, pp.11-14).

Ao se referir ao termo “chutando as escadas”, Chang faz uma referência a um importante economista alemão, Friedrich List, o qual defendia a necessidade de haver um protecionismo sobre aqueles países que logram o desenvolvimento a partir, principalmente, do estabelecimento e consolidação de sua indústria nascente. No entanto, quando Chang se propõe a analisar os países em desenvolvimento, os quais têm buscado a oportunidade de se desenvolver, estes deparam com diversos tipos de pressões oriundas dos países desenvolvidos. No entanto, ao apresentar uma análise histórica sobre os primórdios do processo de industrialização de países como Inglaterra e Estados Unidos, Chang argumenta que estes países praticaram inicialmente medidas protecionistas e que somente após estabelecerem uma forte indústria é que promoveram comércios mais abertos. Tal protecionismo era uma clara forma de defesa de suas empresas antes de serem lançadas ao mercado competitivo. A promoção do livre comércio por esses países desenvolvidos seria o meio para impedir que os países em desenvolvimento alcançassem o mesmo patamar de desenvolvimento (CHANG, 2004, pp.11-14).

Até a chegada de década de 1980, o que se promovia nas regiões periféricas globais, como, por exemplo, na América Latina e Leste Asiático, eram políticas econômicas voltadas ao forte desenvolvimento econômico em que o Estado seria o gerenciador de tais políticas, além de promotor da industrialização por substituição de importação. No Brasil, por exemplo, desde a década de 1960, vinha se moldando uma forte discussão política; o país caminhava rumo à construção de seu *status* de país urbano-industrial. Havia uma corrente teórica desenvolvimentista responsável por defender a forte intervenção do Estado na economia para implementar a industrialização no Brasil. É interessante destacar que tais ideais não eram apenas vistos no Brasil, mas em grande parte da América Latina, uma vez que um dos principais promotores de tais ideias era a Comissão Econômica para a América Latina, a CEPAL, uma das mais importantes comissões regionais da Organização das Nações Unidas (ONU). Foi em grande parte a CEPAL quem forneceu essa teoria do desenvolvimentismo e exerceu forte influência no pensamento latino-americano, além de ter forte participação na elaboração dos planos de governo de diversos países latino-americanos, de forma a explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos (MANTEGA, 1984, p.35). Daí a importância da análise econômica e das receitas de desenvolvimento elaboradas pela CEPAL, que se constituíram na espinha dorsal do desenvolvimentismo. Contudo, ao se iniciar a década de 1980, instala-se um novo cenário sobre os países em desenvolvimento. Este cenário, no entanto, ganha diferentes características entre esses países. Dentre as regiões em destaque estão a América Latina e o Leste Asiático.

De acordo com Palma (1997, p.401), as políticas econômicas estabelecidas nessas duas regiões desde a década de 1960 geraram diferentes efeitos. No Leste Asiático, elevou-se o percentual de exportações de produtos manufaturados na composição do Produto Interno Bruto (PIB). No caso da América Latina, essas políticas econômicas, já em meados da década de 1970 e mais especificamente durante o primeiro choque do petróleo em 1973, fez com que os níveis de exportações fossem reduzidos pela metade comparada à década de 1950 na composição do PIB.



No ano de 1982, o que se tem na América Latina é um cenário de endividamento externo, de modo que a região foi obrigada a reconfigurar a condução de suas políticas econômicas de viés desenvolvimentista. Assim, a América Latina abandonou sua industrialização por substituição de importação e abriu espaço para um processo de liberalização da economia desses países. A partir desse momento, é possível observar os rumos diferentes que seriam tomados pela América Latina e pelo Leste Asiático, que até então caminhavam a passos similares. Sobre esse ponto, Palma destaca em seu texto que “*a nova ortodoxia latino-americana revelou-se, porém, de natureza bem diversa daquela que havia surgido nos países industrializados não-Anglo-saxões e nas outras regiões do Terceiro Mundo, particularmente o Leste Asiático*” (PALMA, 1997, p.405).

É nessa década de 1980 que surge o neoliberalismo e os países desenvolvidos constroem projetos de desenvolvimento para os países que não finalizaram seu processo de desenvolvimento, como o Consenso de Washington. Este, por sua vez, propunha o liberalismo do mercado produtivo e financeiro; reformas trabalhistas, privatizações, investimento fiscal, intercâmbio de capital humano, entre outros. A partir de então, a América Latina passa a sofrer uma série de choques negativos, o que torna a região extremamente vulnerável e com um alto déficit em transações correntes e uma alta dívida externa. Palma destaca alguns aspectos que claramente contribuíram para que esse choque se agravasse ainda mais, dentre eles o choque dos juros em 1979, o fim das relações de trocas dos países não exportadores de petróleo no fim dos anos 1970 e também o fim do crédito voluntário à América Latina logo em 1982. O que foi proposto à região foi um verdadeiro ajuste macroeconômico interno e externo e a já mencionada mudança no pensamento econômico local, o que somente foi possível devido à fragilidade econômica que a região enfrentava no momento (PALMA, 1997, p.406).

Sobre esses países em desenvolvimento, recaiu a responsabilidade de evitar os problemas de fuga de capital, diminuir os índices de inflação e remover a recessão desses países. Previa-se também um afastamento das medidas de desenvolvimento implementadas em períodos anteriores, diferentemente do que houve no Leste Asiático. Nessa região, de fato houve algumas reformas, mas desde meados da década de 1960, a região buscou estabelecer uma integração das economias dos países que compõem a região através da divisão do trabalho. O que foi adotado dentre esses países asiáticos foi um tipo de vantagens comparativas endogenamente geradas através da criação de um ambiente institucional para garantia do padrão denominado de “gansos voadores”, termo este que significa a transferência de tecnologia do Japão aos demais países do Leste Asiático. Afinal, durante a década de 1980, o Japão representava a principal economia da região e com elevados índices de crescimento. Esse padrão de “gansos voadores” favoreceu em muito as economias desses países asiáticos, pois proporcionou o aumento de salários e também de produtividade. Ademais, a região também realizou elevados investimentos e poupança, o que era uma condição muito importante para o enobrecimento das exportações. Assim, os países do Leste Asiático, ainda que tenham passado por momentos de crises na década de 1980, foram capazes de se recuperar com poucos impactos nesse período, diferentemente do que ocorreu com a América Latina, que em sua história vê essa década como “a década perdida” (PALMA, 1997, p.407).

A partir desse cenário de elevada instabilidade pairando sobre esses países latino-americanos, os países desenvolvidos passaram a afirmar que a única forma de promover o desenvolvimento desses países periféricos é por meio da adoção de políticas



e instituições. Sobre esse aspecto, Chang claramente faz uma referência ao Consenso de Washington, o qual estabeleceu uma cartilha de recomendações aos países em desenvolvimento para que pudessem consolidar suas indústrias. Assim, previa-se a defesa do direito de propriedade, inclusive intelectual (direitos de patentes, por exemplo); a democracia; a governança corporativa; instituições de bem-estar social e de direitos trabalhistas; um Banco Central independente; leis de sociedade anônimas bem claras; lei de falência; leis que permitissem competições de indústrias; e uma instituição que regulasse o mercado de capitais. Essas políticas foram chamadas de “*good policies*”. Somente por meio de tais instituições que esses países em desenvolvimento poderão, de fato, alcançar o status de economias desenvolvidas (CHANG, 2004, p.11-14).

Essas instituições tinham como argumento que o que havia sido feito pelos países em desenvolvimento até aquele momento estava errado e que uma nova postura precisava ser adotada, se realmente o objetivo desses países fosse lograr maiores taxas de desenvolvimento e atingir uma indústria madura e competitiva. De acordo com o Consenso de Washington, mais especificamente de acordo com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), foram estabelecidos preços determinados pela lei de oferta e procura, ou seja, a lei do mercado. Países como o Brasil adotaram grande parte das medidas propostas pelo Consenso e teve que se submeter às condicionalidades estabelecidas. Sobre essas instituições, Chang as identifica como uma consequência do desenvolvimento e não um meio para se alcançar o desenvolvimento, tal como afirmam o Banco Mundial e o FMI. Na verdade, o Consenso de Washington não gerou o resultado esperado (FONTES).

Diversos autores destacam alguns pontos que seriam essenciais para que houvesse uma nova guinada nas economias consideradas emergentes. Chang acredita que estes países devem fazer conforme fez o Leste Asiático. Os asiáticos identificaram que o entrave maior para o desenvolvimento estava vinculado ao balanço de pagamentos, devido aos maiores índices de importação do que exportação, o que tem a ver com o momento de industrialização para a compra de máquinas. O Leste Asiático fez a industrialização por substituição de importações, mas com metas voltadas para o comércio exterior também. O Japão, por exemplo, recorreu ao banco de investimentos do país e deveria cumprir metas de exportação para continuar a receber o suporte desse banco. Nota-se, portanto, que há uma burocracia de alto nível administrando esse desenvolvimento, em que empresas são encaminhadas para competirem no mercado internacional, com metas estabelecidas pelo Estado. Se a América Latina se propor a realizar algo similar, espera-se que consiga alcançar importantes níveis de desenvolvimento (CHANG, 2004, pp.11-14).

Para Akyüz, a participação dos países em desenvolvimento nas redes internacionais de produção, atraindo investimento externo direto tem um impacto positivo no balanço de pagamentos, porém, o oposto pode acontecer, caso os bens e serviços produzidos forem comercializados no mercado interno. Ademais, o autor apresenta como uma prática que beneficiaria os países em desenvolvimento é o protecionismo. Entretanto, ele diz que tal prática não é viável, pois o aumento da concorrência, que levaria a medidas protecionistas, seria melhor tratado por políticas macroeconômicas e estruturais, a fim de acelerar o crescimento e reduzir o desemprego. Os produtos manufaturados intensivos em mão-de-obra produzidos pelas economias em



desenvolvimento de maior porte (China e Índia, por exemplo), para evitar dificuldades, devem maximizar as formas de utilização das fontes domésticas de crescimento (AKYÜZ, 2005, pp.42-46). Akyüz também destaca o fortalecimento dos laços econômicos regionais. Com tal atitude, os países do Sudeste Asiático e América do Sul seriam beneficiados com acordos regionais para atingirem suas metas de desenvolvimento através de um mercado integrado. Akyüz afirma que

O principal desafio de política econômica com que se defronta a maioria dos países em desenvolvimento é a construção de uma base industrial diversificada e sólida como elemento-chave para o desenvolvimento, assim como a canalização das forças básicas do comércio internacional e do investimento estrangeiro direto para esse objetivo. Em geral, a mudança do padrão de dependência da produção e exportação de produtos primários para bens industriais tem sido considerada uma forma de participação mais efetiva na divisão internacional do trabalho. Espera-se que os produtos manufaturados ofereçam melhores perspectivas de ganhos nas exportações, não apenas por permitirem a expansão da produção e um crescimento mais rápido da produtividade, mas também por representarem uma promessa de maior estabilidade dos preços, mesmo quando aumentam os volumes, evitando-se assim a deterioração dos termos de troca que tem frustrado os esforços de desenvolvimento de muitas economias dependentes de produtos primários. (AKYÜZ, 2005, p.41).

Para Amsden (2000, pp.1-8), a tecnologia se caracteriza como elemento condicional para o desenvolvimento desses países emergentes. Somente o investimento direto externo não é o suficiente. Ela fala acerca de janelas de oportunidades, as quais surgem de acordo com os ciclos tecnológicos. Aos países em desenvolvimento, cabe ficarem atentos à estas janelas para que possam ingressar e se anteciparem às oportunidades que surgirem. Esses ciclos possuem como característica o alto conhecimento científico e baixo *know how* e baixo investimento. Esses níveis de investimento somente se expandem na fase de maturação do ciclo. Para adentrar nessas oportunidades, Amsden também destaca o papel fundamental do Estado, o qual seria responsável pela criação de um sistema nacional de informação e pólos de estudos nesses países que querem ter parte nesse ciclo. Mais do que o Estado atuante, é preciso que Estado e mercado caminhem juntos rumo às inovações tecnológicas, de modo a aprimorá-las ou, de fato, incorporar novas tecnologias.

3. Considerações finais

A partir das informações contidas nesse artigo, é possível concluir que o crescimento econômico a nível global, com todas as suas características, passa por diversos momentos de volatilidade em sua forma de organização e condução em toda a sua história. Há aqueles períodos de grande crescimento, em que muitos países conseguem se beneficiar e, assim, obterem mais recursos para o seu crescimento e para seus avanços em termos de progresso técnico, indústria e o próprio bem-estar social de



sua população, assim como também há momentos em que o crescimento e desenvolvimento se mostra mais lento ou até mesmo apresenta um crescimento negativo.

No entanto, também se percebe que nem todos esses países conseguem se beneficiar nas mesmas proporções; há aqueles que conseguem lançar mão de uma considerável fatia dentre esses benefícios e, deste modo, conseguem construir maiores condições de desenvolvimento e estabelecer certa hegemonia frente aos demais países. Com esse cenário, em que paulatinamente se torna mais difícil pensar em um equilíbrio entre os países ou um acesso mais igualitário em termos de distribuição de renda, industrialização e desenvolvimento, torna-se evidente que há uma verdadeira divisão entre esses países. De um lado, há os chamados países periféricos, que tendem a ter uma economia fortemente dependente das oscilações dos países ricos e pouca ou nenhuma autonomia para conduzir suas respectivas políticas econômicas, proporcionando-lhes a condição de exportadores de matérias-primas como grande parte de sua pauta comercial, além de diversos problemas de cunho político e social. Do outro lado, no entanto, há os chamados países centrais, que possuem um contexto político, econômico, social e militar fortificados, além de grande autonomia sobre a forma de condução de suas políticas econômicas, sendo estas responsáveis por surtir efeitos na periferia global. Ademais, esses chamados países centrais são aqueles que conseguem abraçar uma importante fatia na esfera industrial e tecnológico, caracterizando-se, por isso, como os principais exportadores de manufaturados e detentores de tecnologia. Tais características lhes permitem obter condições mais igualitárias internamente e melhores distribuições de renda, em detrimento da periferia subdesenvolvida.

Essas condições desiguais de desenvolvimento puderam vir à tona com mais afinco a partir das revoluções industriais, responsáveis pela geração de todo desenvolvimento, progresso técnico e crescimento econômico. Atraiu-se a esses avanços diversos entraves, como os próprios problemas sociais, as desigualdades entre países e também as críticas quanto à forma que esses benefícios advindos com essas revoluções se difundem pelo mundo. Essas críticas nasceram, principalmente, a partir das nações que menos se beneficiaram nesse processo, e foi a partir da segunda metade do século XX – sobretudo nas décadas de 1950 e 1960 – que essas críticas ganharam mais fôlego e força através de organismos e comissões de caráter internacional, como a CEPAL, comissão regional das Nações Unidas na América Latina.

Mas não somente a América latina se via à margem desse progresso. O Leste Asiático não se viu integrado a esse processo, de modo que para a região somente lhe restou uma condição de subserviência no cenário internacional em relação aos países que estavam no centro das relações internacionais. Desse modo, era preciso que esses países – os periféricos – adotassem uma nova postura frente a esses desafios impostos para a condução de seus respectivos processos de industrialização e desenvolvimento. Afinal, se realmente estavam dispostos a consolidarem suas economias, era preciso que novas estratégias de desenvolvimento fossem adotadas, de modo a alcançar seus respectivos objetivos. A percepção de grande parte desses países periféricos é que somente com a participação do Estado como principal condutor de políticas econômicas é que seria possível galgar importantes passos rumo ao desenvolvimento.

À luz da década de 1980, o cenário internacional mais uma vez muda após várias crises e novos desafios se instalam. Para os países subdesenvolvidos, restam-lhes pensar



em novas estratégias de inserção internacional, uma vez que com o advento dos ideais neoliberais e a vinda da chamada Globalização, a participação do Estado como um ator que intervém na economia era visto como algo que impedia a autonomia do crescimento desses países, sendo necessário afastar todo entrave às forças de mercado.

A partir daí, essas regiões – América Latina e Leste Asiático, principalmente – passaram a estabelecer seus planos para que, assim, lograssem melhores condições de crescimento e expansão de suas economias, bem como maior inserção das decisões internacionais e mais fôlego em seu processo de consolidação, modernização e condução de suas economias. Para alguns autores, esse é um verdadeiro divisor de águas no que se refere à forma como essas regiões serão inseridas no cenário internacional. A década de 1980 chega e, de um lado, nasce uma América Latina mergulhada numa profunda crise e que de tão frágil, rende-se à cartilha de condicionalidades gerada pelo Consenso de Washington. A região se rende às “propostas” de diversos organismos multilaterais, o que, segundo Cardoso de Mello “*implica em transformar o continente num mercado cativo para as exportações norte-americanas e num território de expansão para os seus capitais, concentrados, em geral nas privatizações dos serviços de utilidade pública*” (1997, p.22). Já do outro lado, há o Leste Asiático, que através de estratégias de integração, por exemplo, consegue adquirir força, o que lhe permite obter maior autonomia e resultados positivos quanto ao seu processo de industrialização, desenvolvimento e integração ao sistema.

Por fim, várias estratégias foram pensadas para esses países na década de 1980 a partir de alguns autores, como a adoção de medidas protecionistas, a afim de protegerem seus respectivos comércios, dando força à indústria nascente; vantagens comparativas endogenamente geradas e o sistema de “gansos voadores” desenvolvido no Leste Asiático; o fortalecimento de laços econômicos regionais e maior participação nas redes globais de produção, de modo a atrair mais investimento direto externo; por último, cabe também a esses países alcançarem maiores níveis de desenvolvimento tecnológico e aproveitam as chamadas janelas de oportunidades. Para os autores, medidas como essas garantiriam a esses países maior autonomia em suas economias e também maior poder de decisão na agenda internacional; seria essa a forma mais adequada a estes países para ganharem força e galgarem passos rumo ao desenvolvimento e à promoção de um equilíbrio entre nações, o que os tiraria das margens do crescimento e dos avanços em todas as esferas: econômicas, políticas e sociais.

REFERÊNCIAS

AKYUZ, Y. “Impasses do Desenvolvimento”. In: **Novos Estudos**, nº72, 2005. Disponível em: <http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/106/20080627_impasses_ao_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 5.nov.2015.

AMSDEN, A. “High-level Round Table on Trade and Development: Directions for the Twenty-first Century”. In: **United Nations Conference on Trade and Development** (UNCTAD), 2000, pp. 2-33. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/ux_tdxrt1d13.en.pdf>. Acesso em: 5.nov.2015.



MANTEGA, G. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo: Poli/Vozes, 1984, pp. 32-41.

CHANG, H.J. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004, pp. 11-14

MELLO, J. M. C. de. “Prólogo”. In: TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. pp. 15-24.

PALMA, G. “Gansos Voadores e Patos Vulneráveis”. In: TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. pp.403-410.

Recebido em 29/03/2016
Aprovado em 27/07/2016